

# APRESENTAÇÃO

## Movimentos sociais, sociedade civil e participação

José Szwako<sup>1</sup>  
Monika Dowbor<sup>2</sup>  
Euzenia Carlos<sup>3</sup>

O debate brasileiro sobre movimentos sociais, sociedade civil e participação nasceu, em algum momento da década de 1970, sob o signo da redemocratização. Lado a lado com atores civis e suas reivindicações, fosse a partir da universidade ou de outros centros de pesquisa, fosse desde dentro dos partidos, dos núcleos de assessoria sindical e popular ou das organizações não governamentais, a produção de nossas Ciências Sociais sobre as personagens que então entravam em cena atravessou todos os episódios sociopolíticos de envergadura nacional. Foi assim nas greves de 1979, nas Diretas Já!, na Constituinte e na Constituição de 1988, no *impeachment* de Fernando Collor e, mais recentemente, nos protestos contra a Copa do Mundo, nos ciclos de protesto de 2013 e de 2015, bem como na queda presidencial de Dilma Rousseff. De lá para cá, o debate avançou de várias maneiras – e é no registro desses avanços que se inscreve o número temático *movimentos sociais, sociedade civil e participação*.

Se a análise andou *pari passu* com a mobilização dos atores em dinâmicas de contestação e efervescência, esses atores também estiveram atuantes em momentos menos incandescentes da política, seja na construção de instituições e políticas públicas, na disputa de espaços de

diálogo e negociação entre sociedade civil e Estado ou nas diversas formas de intermediação entre uma e outro. Longe de configurar uma espécie de antinomia, essas são duas faces duma mesma moeda: ação disruptiva e institucionalização não são excludentes nem contraditórias, mas atravessam, antes, a variedade complexa de formas pelas quais se mobilizam os movimentos sociais – entendidos aqui como uma modalidade específica de ator da sociedade civil (DIANI, 1992), dentre e ao lado de outros atores civis.

Sem pretensão de reconstrução exegética, já esboçada alhures (ALONSO, 2009; BRINGEL; TEIXEIRA, 2015; GOHN, 2012), é possível notar que as pesquisas brasileiras sobre movimentos sociais, sociedade civil e participação assumiram, por um longo tempo, uma lógica disjuntiva de debate. Desde fins dos anos 1970 e ao longo da década seguinte, o reconhecimento da entrada daquelas novas personagens na cena política veio acompanhado da proposição enfática de sua autonomia *vis-à-vis* o Estado. Do outro lado, vários autores afirmavam que aquela emergência civil devia ser compreendida dentro do quadro das relações travadas não só contra o Estado, mas também com ele, isto é, com seus agentes e representantes (BOSCHI 1987; CARDOSO, 1983).

- 1 Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). E-mail: zeszwako@hotmail.com
- 2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: mdowbor@gmail.com
- 3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: euzeniacarlos@gmail.com

Os anos 1990 deram vez a deslocamentos analíticos de peso – correlatos, por certo, às dinâmicas de rearranjo político-institucional pós-1988. Mais uma vez seguindo os atores e suas estratégias, as análises deslocaram seu foco da categoria de “movimento social” para o conceito de “sociedade civil”, com vistas a qualificar qual era o peso desta, *in totum*, nos então chamados “espaços de participação”. Já as análises que ecoavam a década 1980 sofreram duplo desencanto (SZWAKO, 2009): a aposta por elas projetada no potencial dos movimentos sociais foi podada tanto por um “totalitarismo neoliberal” (OLIVEIRA, 1999) como pela normalização política que, se não deu vazão àquele potencial, foi ao menos pródiga em estruturar padrões razoáveis de políticas públicas e de competição eleitoral real. Enquanto outras análises ofereceram diagnósticos menos prescritivos (DOIMO, 1995; SCHERER-WARREN, 1993), aquelas primeiras chaves interpretativas fizeram o debate dos anos 1990 terminar “sem pena nem glória” (GURZA LAVALLE, 2003), porquanto cognitivamente incapaz de acumular as categorias já gestadas e criticadas nos anos 1980 e repleto de projeções, a depender do enquadramento, sobre a sociedade civil ou os movimentos sociais.

A virada deste século teve na produção de E. Dagnino (2002) e do Grupo de Estudos da Construção Democrática (GECD, 1999), assim como em seus interlocutores mais ou menos críticos, deslocamentos expressivos. Partindo de um solo conceitual que não demonizava a institucionalidade, a busca pelo potencial inscrito na ação dos movimentos sociais foi aí temperada pela crítica à elevação deles ao *status* de demiurgos da democracia (DAGNINO, 2002). E mais: atenta aos equívocos desnecessariamente herdados, sua análise demanda que a heterogeneidade e a conflitualidade internas aos movimentos sociais sejam escrutinadas *vis-à-vis* seus pontos de conexão e interseção com partes do Estado –

também ele heterogêneo (DAGNINO et al., 2006). A superação de velhos pares dicotômicos – protesto e proposição, conflito e cooperação, autonomia e cooptação etc. – encontrou eficaz solução teórico-metodológica na noção de projetos políticos, pela qual se propõe a desfazer a artificialidade da simplificação “Estado *versus* sociedade civil”.

Como efeito da interlocução com essa agenda não dicotomizada (para dizê-lo de algum modo) e de olho nas transformações nos repertórios e padrões de interação socioestatal acentuadas desde 2003 (ABERS et al., 2014), se impôs, mais recentemente, um conjunto de pesquisas que compartilha uma espécie de virada relacional radical. Como de praxe, seguindo os atores, suas estratégias e discursos, as pesquisas variam quanto à ênfase em instituições, ideias ou agenciamentos, mas sempre pressupõem e iluminam suas relações, seus efeitos e seus condicionantes. Voltam a se perguntar pela autonomia dos movimentos sociais, não mais na chave da não relação (TATAGIBA, 2008), mas, antes, da interdependência (SILVA, 2006). Rica e relacional, essa agenda vem se perguntando a respeito, por exemplo, dos impactos sobre as políticas públicas produzidos pela ação e interação dos movimentos sociais (CARLOS, 2012, 2015; DOWBOR, 2012).

Os ciclos de protestos de 2013 e 2015 reconstituem na agenda de pesquisa questões clássicas do debate brasileiro. Com discursos de repúdio a partidos e instituições, velho conhecido de nossa cultura política, seja nas escolas ou em *think tanks*, nas ruas ou *on-line*, vestidos de preto ou de verde e amarelo, aplaudindo policiais ou sofrendo repressões letais, novíssimos personagens entram hoje em cena com performances que desafiam a imaginação política e, simultaneamente, a nossa capacidade explicativa. Diante dos avanços analíticos conquistados pelo debate sobre movimentos sociais<sup>4</sup>,

4 Somando-se, nesse mesmo debate, os denominados contramovimentos; cf. Szwako (2014).

as agendas contemporâneas de pesquisa podem se valer de ganhos e acúmulos que nos permitem prescindir daquelas polarizações e disjuntivas de outrora. Quer dizer, os achados e *insights* acumulados ao longo das últimas décadas são suficientes, e suficientemente complexos, para nos permitir prescindir de qualquer sorte de reificação cognitiva. Seja qual for a aposta, por exemplo, nas mais recentes mobilizações de via performática e nos chamados “coletivos”, é possível contornar essa sorte de “empirismo normativo” que marcou, e ainda marca, boa parte das pesquisas de movimentos sociais, via de regra, atentas aos discursos dos movimentos, porém, analiticamente pouco mediadas e normativamente projetivas. Como dissemos, ação direta e ação institucional são duas faces não excludentes da mesma moeda, e não inerentes à natureza de um tipo de ator altamente heterogêneo e que nada tem de natural.

Desse modo, mesmo se apoiados numa reconstrução estilizada como a aqui empreendida, a observação dos caminhos teóricos pelos quais percorreram e se refinaram as análises de movimentos sociais, sociedade civil e participação nos sugere prudência analítica e pluralidade teórica. Sugere prudência quanto ao uso de categorias, mais ou menos enfáticas, destinadas a iluminar processos sociopolíticos nos quais os atores escrutinados têm protagonismo incontornável – a exemplo de 2013 – e não a dar vazão a nossos anseios normativos; e pluralidade quanto à variedade de entradas e agendas, às escolhas de dimensões e objetos diletos de análise, sem o estabelecimento de um *parti pris* que dogmatize essa ou aquela variável, esse ou aquele tipo de personagem ou instituição política.

Os artigos publicados neste número temático seguem esse espírito de pluralidade e parcimônia analítica acerca da temática, além de primar pela qualidade. Oferecem ao leitor parâmetros do debate internacional, cada qual em seu respectivo tema, dando concretude à premissa da pluralidade. Abrindo o número, o

artigo “Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas”, de Márcio Barcelos, Matheus Mazzilli Pereira e Marcelo Kunrath Silva oferece contribuições aos estudos contemporâneos que, rompendo com as distinções dicotômicas entre sociedade civil e Estado, buscam compreender as complexas relações entre movimentos e agentes institucionais nos processos de políticas públicas. Os autores propõem o diálogo entre os estudos de movimentos sociais e de políticas públicas para a compreensão das interações entre movimentos e Estado nos processos de formulação e implementação de políticas no Brasil pós-redemocratização. Para isso, identificam elementos conceituais de ambos os campos disciplinares, cuja articulação e complementaridade se justifica pela perspectiva relacional que os comporta. Eminentemente relacionais, os conceitos – redes, campos, coalizões e comunidades – se complementam na explicação das interações entre coletividades e as políticas públicas porque, em conjunto, estas permitem perscrutar distintos níveis de análise, seja a partir dos atores coletivos, seja a partir dos espaços de relação.

O artigo de Enrico Bueno traz as emoções para a discussão sobre movimentos sociais, aproximando e cotejando a produção teórica de Jim Jasper e de Axel Honneth. Se ao lado de Francesca Polletta e contra o excessivo racionalismo dos autores do processo político Jasper já vinha se perguntando, num corte fundamentalmente moral, acerca do peso dos sentimentos e ressentimentos à raiz da ação coletiva, a aproximação proposta por E. Bueno junto da teoria das formas de injustiça e desrespeito oferece esquemas analíticos férteis e originais para a compreensão das bases e dinâmicas psicossociais dos engajamentos. Negligenciadas durante longo tempo na agenda brasileira da pesquisa sobre movimentos sociais, as emoções saem, por esse diapasão, do infame rol das supostas irracionalidades

para ganhar terreno ao lado de conceitos como *frames* e repertórios de ação.

O artigo de Pompilio Locks coloca no centro da análise a categoria de “associações”, conjugando-a pelo prisma de quatro vertentes teóricas internacionais nas quais o associativismo possui algum nível de centralidade. Muito mais do que concorrentes, cada uma delas traz um tipo de contribuição para a compreensão desse importante fenômeno. O pluralismo trata as associações como artefatos das instituições e de seu contexto; o deliberativismo as vê como laboratórios de democracia deliberativa; o culturalismo permite iluminar características e valores específicos dos indivíduos associados; já o neoinstitucionalismo, a quarta vertente, carrega uma bifurcação interna: enquanto o neoinstitucionalismo da escolha racional realça os fatores pelos quais os indivíduos autointeressados são levados a cooperar e se associar, o neoinstitucionalismo histórico frisa a mútua constituição entre as associações e as instituições. O artigo avança ao debate mais recente, mostrando e chamando atenção para as possíveis e recentes aproximações entre as vertentes. Na visão do autor, permanece a necessidade de aprofundamento e maior especificação de cada uma delas, bem como o desafio de medir impactos democráticos das associações no plano individual, social ou político.

Fenômeno que vem alcançando a atenção crescente dos analistas, a ação de ativistas de movimentos sociais na burocracia governamental – nomeadamente “ativismo institucional” – é tratado no artigo de Domitila Cayres. A autora traz uma revisão bibliográfica especializada, aplicando o conceito à ocupação de cargos de confiança por atores de movimentos sociais que atuam dentro de instituições políticas, especificamente no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República. A autora argumenta que o conceito de ativismo institucional confere inteligibilidade a um tipo específico de

conexão entre movimentos e Estado, o qual implica na articulação entre projetos políticos muitas vezes intermediada pelo pertencimento partidário. O artigo situa as contribuições do conceito ao campo das interações entre Estado e movimentos, tensionando suas compreensões polarizadoras e monolíticas. Traz também proposições analíticas para aprofundar o conceito de ativismo institucional concernentes às dimensões de projeto político, partidária, temporal, setorial e de imperativos no Estado.

Em sua análise da produção nacional a respeito dos temas caros a este número, publicada em periódicos brasileiros altamente qualificados na área de Ciência Política, Fabiane Valmore e Nelson de Souza chegam a conclusões instigantes sobre nosso subcampo de pesquisa. Para citar apenas um deles, vale mencionar que a produção brasileira nesses temas assume cariz metodológico fundamentalmente qualitativo. Se esse achado não surpreende propriamente, ele denota duas faltas. A primeira delas é a necessidade de enriquecer as fontes de dados a partir das quais são empreendidas nossas análises. Nesse sentido, é sintomática a baixa utilização, em nossas pesquisas, de mapas, bases e bancos de dados produzidos por instituições como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Se empreendido, tal enriquecimento trará consigo a necessidade de ajustes, não somente de caráter teórico-metodológico quantitativo, mas também de mediações e categorias analíticas que, por sua vez, remetem àquele nível do associativismo e das formas organizacionais coexistentes na sociedade civil, debatidos noutro artigo.

No conjunto da produção analisada por Valmore e Souza, o tema das instituições participativas ocupa posição menor comparativamente a movimentos sociais e sociedade civil. Quanto às instituições participativas e à falta delas nas páginas deste número,

pode-se aventar, ao menos hipoteticamente, que a agenda participativa tem muito recentemente se autonomizado do debate próprio a movimentos sociais e sociedade civil. Quer dizer, embora tenha sido gestado no ideário dos atores e discursos da nossa redemocratização, aquilo que, no pré-1988, foi chamado de “participação popular e cidadã” se transformou, ao longo dos anos 1990, em “espaços de participação” para se tornar, no bojo de uma institucionalização inegável, as atuais “instituições participativas”. Diante da cristalização e da multiplicação de conselhos, conferências e de outras instituições desse naipe, o debate passou a se perguntar tanto pela efetividade delas (PIRES, 2011)<sup>5</sup> como pelas funções políticas por elas desempenhadas, quais sejam, funções de intermediação e de representação, colocando em questão a dicotomia “representação *versus* participação” e trazendo novos dilemas para os debates de legitimidade democrática (ALMEIDA 2014; LÜCHMANN, 2007).

Por fim, o texto de Rafael de Souza trata de outro tema clássico dos estudos brasileiros de movimentos sociais: o urbano. Como as cidades voltam hoje, especialmente após o ciclo de 2013, às nossas análises? Como se verá, novos dilemas retomam e atualizam questões que pautavam o debate pioneiro dos “movimentos urbanos” das décadas de 1970 e

1980. A presença da cidade no rol das questões deste número evoca, porém, uma ausência e uma pergunta: o rural e por onde andam os estudos sobre movimentos rurais. Certamente, sua ausência nestas páginas não significa a falta de pesquisas no Brasil sobre o tema, suas mobilizações e seus agenciamentos – pelo contrário: tal como a “diversidade da luta no campo” (PALMEIRA, 1985) marcou mais de uma geração de pesquisas, não são poucos os núcleos e as redes de pesquisa que contemporaneamente se dedicam às ruralidades, a suas sociabilidades e a seus conflitos<sup>6</sup>. As agendas de pesquisa dedicadas à produção do ambiente, da produção alimentar e do cuidado com a terra só têm a somar às agendas e questões propostas, e vice-versa. Dada a centralidade das disputas por espaço no conflito social brasileiro, tanto nas cidades como fora delas, é fundamental o estabelecimento de pontes de diálogo entre pesquisas tradicionais de movimentos sociais e pesquisas de atores tidos como “tradicionais” (isto é, entre investigações de novos e velhos movimentos sociais<sup>7</sup>), e, eventualmente, esforços comparativos quanto às suas relações com e contra atores políticos e econômicos, à sua capacidade de mobilização e resistência em casos de desastres ambientais, bem como às suas identidades relacional e politicamente construídas *qua* grupos ribeirinhos, quilombolas etc.

5 A partir da falta de análises de cunho quantitativo e sobre dinâmicas participativas, é possível notar como se relacionam acúmulo de conhecimento oficial, agenda científica e militância, pautando-se reciprocamente. Exemplo disso foi o volume “Efetividade das Instituições Participativas” que, ao mesmo tempo em que respondeu a parte dos problemas e limites, teóricos e políticos, dos casos analisados, consagrou e difundiu formas inovadoras de pensar, não mais a “Participação”, seus “sujeitos” e sua “qualidade”, mas as “Instituições Participativas”, seus “efeitos” e sua “efetividade” – todo um leque de nomes que demarca o deslocamento tanto do foco como do objeto anterior de análise. O mesmo pode ocorrer com o futuro Mapa das Organizações da Sociedade Civil (IPEA), produzido e forjado na aproximação entre pesquisadores, burocratas e militantes, e cujos efeitos e tipos de dados disponibilizados podem levar a análises qualitativas e quantitativas de engajamento, associativismo, redes e sociedade civil, descentrando-se dos “movimentos” e perguntando-se, doravante, pelas “organizações” como unidade privilegiada de análise.

6 Apenas para sermos exatos: embora o elemento urbano tenha sido distintivo da emergência dos estudos de movimentos sociais no Brasil, algumas raras vezes as pesquisas se empenharam a analisar os “movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano” (MACHADO DA SILVA et al., 1985).

7 Veja-se, por exemplo, Medeiros (2012).

Em consonância com o perfil da *BIB*, o número temático *movimentos sociais, sociedade civil e participação* se propôs a contribuir para organizar alguns dos termos de debate e a produção acadêmica em torno desses temas. A tarefa está, certamente, distante de ser acabada, na medida em que há categorias e conceitos caros a esses campos de estudos que permanecem fora da cobertura deste número. No entanto, esperamos que os conceitos e debates aqui apresentados fomentem diálogos e permitam desdobramentos em termos de filiações mais claras e pesquisas

mais afinadas com os termos de análise disponíveis e produzidos aqui como alhures.

Gostaríamos de deixar expressa nossa dívida aos pareceristas anônimos, sem cujo trabalho esta publicação seria inviável. Por fim, agradecemos gentilmente a toda equipe da *BIB*, especialmente, a Márcia Lima, Marcia Consolim, Adrian Gurza Lavalle e Mirian da Silveira, pela atenção dispensada e pelo cuidado no tratamento desta edição.

A todas e todos, uma ótima leitura.

## Referências

- ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ALMEIDA, D. R. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 175-199, 2014.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- BOSCHI, R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.
- BRINGEL, B.; TEIXEIRA, M. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Orgs.). *Movimentos sociais e participação: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 43-76.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215-239.
- DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v. 1. 501 p.
- DIANI, M. The concept of social movement. *The Sociological Review*, Keele, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Anpocs, 1995.

- DOWBOR, M. *A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)*. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.
- GECD – GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. *Ideias*, Unicamp, v. 5, n. 2/v. 6, n. 1, p. 7-122, 1999.
- GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola, 2012.
- GURZA LAVALLE, A. Sem pena nem glória: o debate da sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos: Cebrap*, São Paulo, v. 66, n. 66, p. 91-110, 2003.
- LÜCHMANN, L. H. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.
- MACHADO DA SILVA (Ed.). *Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano*. Recife: Líder, 1985.
- MEDEIROS, L. Movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 7-31, 2012.
- NASCIMENTO, E. C. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. 2012. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 55-81.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 43-51.
- PIRES, R. (Org.) *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.
- SILVA, M. K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, p. 156-179, 2006.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola: Centro João XXIII, 1993.
- SZWAKO, J. Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do Cenedic. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 78, p. 251-303, 2009.

\_\_\_\_\_. O “mau desempenho” de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 132-155, 2014.

TATAGIBA, L. Movimentos sociais e sistema político: um diálogo (preliminar) com a literatura. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., 2008. *Anais...* Campinas: [s.n.], 2008.